

As dificuldades do ajuste em 1996

Embora um dos luminares da chamada equipe econômica tenha garantido que é possível manter a inflação baixa no Brasil sem o ajuste fiscal, pelo mesmo tempo de duração do governo Ronald Reagan, é mais prudente perseverar na defesa da tese de que existe uma relação direta entre déficit público e a subida dos preços. Tese essa, aliás, que foi reforçada pelo discurso oficial nos últimos dez anos, depois do fracasso estrondoso do Plano Cruzado. Assim,

é preciso discutir algumas dificuldades que aparecerão no caminho do ajuste fiscal ao longo de 1996.

A primeira dificuldade para o ajuste das contas públicas é que a receita tributária não crescerá em 1996 no ritmo registrado em 1994 e 1995. Com o fim da inflação, a receita tributária deu um salto. O economista Raul Velloso, o maior especialista brasileiro em política fiscal, acredita que a receita tributária da União atingiu um novo patamar, onde deverá manter-se sem grandes variações daqui para a frente. De acordo com Velloso, a receita tributária mensal do governo federal foi, em média, de R\$ 5,2 bilhões no período de 1991 a 1993.

Com o Plano Real, e a queda da inflação, a arrecadação mensal passou para R\$ 6,2 bilhões em 1994 e para R\$ 6,7 bilhões ao mês em 1995. O novo patamar da receita do governo federal seria, portanto, de R\$ 6,7 bilhões por mês. Daqui para a frente, segundo Velloso, a arrecadação deverá crescer de acordo com o crescimento do produto.



O cenário mais provável é repetir o desempenho obtido em 1995

simplesmente não vão se realizar. Como, por exemplo, a contribuição dos autônomos, avulsos e empresários para a Previdência Social, cuja alíquota proposta pelo governo foi de 20% e o Congresso aprovou em 15%. Essa mudança implica numa perda de receita estimada em cerca de R\$ 400 milhões. Outra proposta que ainda não foi votada, e que enfrenta grande resistência, é a contribuição dos servidores aposentados e pensionistas da União para a Previdência Social. Se não for aprovada, o governo perderá cerca de R\$ 1,7 bilhão.

O PFL está "cozinhando" o imposto sobre os cheques do ministro da Saúde, Adib Jatene. Embora aprovada no Senado, em dois turnos, a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) corre risco na Câmara. Mesmo que seja aprovada, só poderá ser cobrada, na melhor das hipóteses, em maio — as contribuições só entram em vigor 90 dias depois de sua criação, por determinação constitucional.

A estimativa mais provável para o crescimento do Produto Interno Bruto em 1996 é de 2% a 3% — é possível, portanto, admitir um aumento da mesma magnitude para a receita tributária.

A "ficção orçamentária" para 1996 — nome que se dá à proposta orçamentária da União entre os economistas — terá que ser alterada antes mesmo de começar a ser executada. A principal razão para isso é que algumas receitas de contribuições que estavam previstas no orçamento

Sem a CPMF, o governo terá que cortar cerca de R\$ 6 bilhões para a área de Saúde previstos no orçamento para 1996. E, o que é pior, não poderá criar recursos adicionais ao ministro Adib Jatene — que, por causa disso, poderá deixar o governo.

Existe ainda o "efeito Proer" que deverá reduzir o Imposto de Renda pago pelos bancos. Essa queda de arrecadação do IR dos bancos poderá ser compensada pelas mudanças no Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas, aprovadas recentemente no Congresso. Há dúvidas, no entanto, de que seja possível aumentar o IRPJ em R\$ 5,7 bilhões, como estima a Receita Federal.

O deputado Francisco Dornelles (PPR-RJ), ex-ministro da Fazenda e ex-secretário da Receita Federal, duvida desse número. O mais provável, portanto, é que a receita tributária e das contribuições se mantenha constante em 1996, em relação a 1995.

Assim, o equilíbrio das contas públicas dependerá basicamente do controle dos gastos. No caso do governo federal, existem três problemas a serem enfrentados: o reajuste do funcionalismo público em janeiro, o aumento do salário mínimo em maio e o pagamento dos juros das dívidas interna e externa.

As informações de bastidores dão conta de que os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, José Serra, defendem a tese de que não seja concedido reajuste para os servidores públicos. Ou que seja concedido, no máximo, os 10,84% relativos ao IPC-r até junho. Se eles ganharem a briga, os gastos com salários poderão até mesmo cair um pouquinho, em termos reais. (Ou talvez se mantenham constantes, por causa do crescimento vegetativo). Mas é preciso saber se o presidente Fernando Henrique Cardoso da-

rará respaldo político a Malan e a Serra, nessa questão.

A Constituição manda reajustar o valor do salário mínimo, em maio, pela variação da inflação medida pelo INPC. Pelo menos. O governo não tem como fugir dessa realidade. Como as demais aposentadorias estão vinculadas ao valor do salário mínimo, é inevitável que as despesas com os benefícios previdenciários cresçam em 1996, com repercussões negativas sobre o caixa da Previdência Social. As despesas do governo federal dependerão, ainda, da taxa de juro real que será praticada no próximo ano. Se a taxa média real for inferior à praticada em 1995 — alguns querem que ela seja a metade — as despesas poderão cair muito.

No caso dos Estados e municípios, o controle dos gastos será mais difícil. Não só porque a situação fiscal é mais precária, como também porque 1996 é ano de eleições para as prefeituras. Em ano eleitoral, o controle dos gastos é, por definição, mais complicado. (Uma exceção deve ser aberta para 1994, ano de eleições gerais, mas que apresentou o melhor resultado nas contas públicas que se tem notícia. A exceção talvez confirme a regra).

Para os governadores e prefeitos, o equilíbrio das contas implica em corte de gastos — mesmo porque existe um limite para o aumento dos impostos e o crescimento da dívida. O corte de despesas significa demissões, redução de vantagens salariais, ou seja, em questões explosivas do ponto de vista político. Por ser ano eleitoral, é pouco provável esperar que seja obtido avanço significativo na área fiscal. O cenário mais provável é a repetição do desempenho fiscal obtido em 1995.